

Aviso para apresentação de candidaturas

Código do aviso ALT2030-2026-14

Data de publicação 05/03/2026

Natureza do aviso Concurso

Âmbito de atuação: Operações

Aprovado pela Deliberação CIC 1/2026/PL, de 06.01.2026

Designação do aviso

CUA: Reutilização, resiliência, modernização e descarbonização

Apoio para

Investimento no Ciclo urbano da água (Sistemas de Abastecimento de água (AA) e Saneamento de águas residuais (SAR) que contribuam para a implementação do Plano Estratégico para o Abastecimento de Água e Gestão de Águas Residuais e Pluviais (PENSAARP 2030), que enquadra 4 objetivos: serviços eficazes, serviços eficientes, serviços sustentáveis e valorização dos serviços.

Ações abrangidas por este aviso

Ações que visem atingir serviços de águas de excelência para todos, afetas às tipologias descritas na alínea c) Reutilização, resiliência, modernização e descarbonização do ciclo urbano da água, do artigo 50º do RE ACS:

- a) Saneamento de águas residuais;
- b) Reutilização de água residual tratada;
- c) Ações de sensibilização e informação;
- d) Aproveitamento de águas pluviais

Entidades que se podem candidatar

Entidades promotoras de investimentos em baixa no âmbito do ciclo urbano da água, desde que enquadradas como entidades elegíveis nas alíneas b), c), e), f) e g) do artigo 51º da Seção VI – Ciclo urbano da água do RE ACS

Área geográfica abrangida

NUTS II – Alentejo

Período de candidaturas

O período de apresentação de candidaturas inicia-se no dia útil seguinte à data de publicação do presente aviso e decorrerá de acordo com as seguintes fases:

Fase 1 – 31 de março de 2026 (18h)
Fase 2 – 30 de abril de 2026 (18h)
Fase 3 – 29 de maio de 2026 (18h)
Fase 4 – 30 de junho de 2026 (18h)
Fase 5 – 31 de julho de 2026 (18h)
Fase 6 – 31 de agosto de 2026 (18h)
Fase 7 – 30 de setembro de 2026 (18h)
Fase 8 – 30 de outubro de 2026 (18h)
Fase 9 – 30 de novembro de 2026 (18h)
Fase 10 – 31 de dezembro de 2026 (18h)

Dotação fundo indicativa disponível neste aviso

8.997.000,00€

Fundo e Taxa máxima de cofinanciamento

FEDER

85 %

Programa financiador

Programa Regional do Alentejo (Alentejo 2030)

Entidade gestora do apoio/Organismo Intermédio

Autoridade de Gestão do Programa Regional do Alentejo.

Contactos para mais informações

Linha dos Fundos 800 10 35 10 (09:00-18:00h - gratuito)

Correio eletrónico: linhadosfundos@linhadosfundos.pt

Programa Regional do Alentejo

Correio eletrónico: alentejo2030@ccdr-a.gov.pt

Finalidades e objetivos

Contribuir para a moderação tarifária e a acessibilidade económica, em termos de governo e estruturação do setor, de organização, modernização e digitalização, de gestão e alocação de recursos financeiros, de eficiência hídrica, também para diminuir a pressão sobre os recursos superficiais e subterrâneos, e de eficiência energética e descarbonização.

Contribuir para a implementação do Plano Estratégico para o Abastecimento e Gestão de Águas Residuais e Pluviais 2030 (PENSAARP 2030), que enquadra 4 objetivos globais: a eficácia dos serviços, a eficiência dos serviços, a sustentabilidade dos serviços e a valorização dos serviços.

Dotação

Programa	Programa Regional do Alentejo 2021-2027			
Prioridade do Programa	2A- Alentejo mais Verde			
Objetivos específicos	RSO2.5 – Promover o acesso seguro à água, a gestão sustentável da água, incluindo a gestão integrada da água, e a resiliência hídrica (FEDER)			
Tipologia de ação	RSO2.5- 03 – CUA: Reutilização, resiliência, modernização e descarbonização			
Tipologia de intervenção	RSO2.5-03-01- CUA: Reutilização, resiliência, modernização e descarbonização			
Tipologia de operação	2005 – Ações de sensibilização, informação e planeamento 2031 – Saneamento de águas residuais 2032 – Reutilização de água			
Fundo	Dotação Fundo	Taxa Máxima	Dotação Nacional	Fonte de Financiamento Nacional disponível
FEDER				
Tipologia- 2005	400.000€	85%	N.A.	N.A.
Tipologia- 2031	6.600.000€	85%	N.A.	N.A.
Tipologia- 2032	1.997.000€	85%	N.A.	N.A.
Dotação Global	8.997.000€	85%	N.A	N.A.

(Duplicar a tabela conforme as necessidades)

Enquadramento em instrumentos territoriais

N.A.

Legislação nacional

Tem política pública regulada ou contribui para uma Agenda ou Estratégia Nacional?

☐

Não

☒

Sim. Qual?

PENSAARP 2030 – Plano Estratégico para o setor de Abastecimento de Água e Gestão de Águas Residuais

Tem regulamento específico?

☐

Não.

☒

Sim. Qual?

Regulamento Específico na Área Temática Ação Climática e Sustentabilidade (RE ACS) – Portaria n.º.125/2024/1, de 1 de abril, na sua atual redação

Ações elegíveis

Serão consideradas elegíveis as ações afetas às tipologias da alínea c) do artigo 50º do RE ACS, descritas no ponto “Ações abrangidas por este aviso, nomeadamente:

- a) Tratamento em Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) para produção de Água para Reutilização (ApR) com qualidade adequada para usos não potáveis;
- b) Informação e sensibilização dos cidadãos e consumidores para a eficiência hídrica e a necessidade de redução de consumos num contexto de escassez e alterações climáticas;
- c) Modernização de equipamentos e tecnologias e criação de mecanismos de automação de modo a aumentar a eficiência operacional (AA e SAR);
- d) Investimentos com vista à valorização de subprodutos resultantes dos processos produtivos das infraestruturas de água (ex. valorização de lamas) (AA e SAR);
- e) Investimentos na produção própria de energia e no aumento da eficiência energética com vista à descarbonização, como elemento complementar de um projeto integrado, não se podendo constituir como componente principal.
- f) Redução das aflúências indevidas nos sistemas de águas residuais e pluviais, nomeadamente para redução de infiltrações e de ligações clandestinas de águas pluviais à rede de águas residuais;
- g) Utilização de origens alternativas de água, incluindo a produção e a disponibilização de águas residuais tratadas, o aproveitamento das águas da chuva, nomeadamente para utilização em espaços públicos urbanos (para fins que não o consumo humano de água nem para fins de irrigação agrícola).

Entidades beneficiárias (incluindo destinatários, quando relevante)

Beneficiários, previstos no artigo 51º do Regulamento Específico da Área Temática Ação Climática e Sustentabilidade (RE ACS), Portaria n.º.125/2024/01, de 1 de abril, na sua redação atual:

- Municípios;
- Associações de municípios;
- Setor empresarial local;
- Empresas concessionárias municipais, intermunicipais ou multimunicipais, e em regime de parceria;
- Outras entidades mediante protocolo ou outras formas de cooperação com as entidades públicas anteriormente identificadas.

Condições específicas ou normas técnicas a observar pelos beneficiários ou operações

A – BENEFICIÁRIOS

Para serem elegíveis, os beneficiários devem:

- 1) Respeitar as tipologias de Entidades beneficiárias previstas no presente aviso.
- 2) Satisfazer as obrigações gerais e os requisitos de elegibilidade definidos nos artigos 4º, 14º e 15º do Decreto-Lei n.º.20-A/2023, de 22 de março, que estabelece o regime geral de aplicação dos fundos europeus do Portugal 2030, (doravante

designado RG), bem como, as disposições constantes do artigo 16º em matéria de impedimentos e condicionantes do mesmo diploma.

3) Respeitar as seguintes condições específicas de elegibilidade, decorrentes das Disposições comuns do RE ACS (artigo 7º):

- a) Declarar, não ter salários em atraso à data de submissão da candidatura e até à conclusão da operação;
- b) Não ser uma empresa em dificuldade, de acordo com a definição prevista no ponto 18 do artigo 2º do Regulamento (EU) n.º.651/2014, da Comissão, de 17 de junho.

3) Quando aplicável, satisfazer ainda, os seguintes critérios específicos de elegibilidade, decorrentes do RE ACS (artigo 53º):

- a) Evidenciar a existência de sistema de informação contabilística que permita aferir os custos e proveitos do serviço de gestão de Abastecimento de Água (AA) e de Saneamento de Águas Residuais (SAR) de forma separada, que permita a apresentação de estudo que comprove a sustentabilidade da operação e o apuramento da receita líquida, nos termos previstos do n.º.2 do artigo 16º do RE ACS;
- b) No caso de beneficiários que constituam entidades gestoras de sistemas de AA e/ou SAR que não sejam responsáveis pela gestão simultânea das vertentes em alta e baixa, evidenciar que as ligações alta-baixa nos territórios abrangidos pela candidatura existem e estão operacionais, exceto nas situações em que a candidatura contemple ações para resolver esta situação, ou quando a ausência de ligação não seja da sua responsabilidade;
- c) Em casos excecionais que visem a resolução de situações de incumprimento europeu, podem ser elegíveis entidades que não evidenciem o cumprimento dos critérios definidos nas alíneas a) e/ou b) anteriores, desde que se comprometam a evidenciar o seu cumprimento no prazo máximo fixado para o efeito, sendo o apoio revogado se se verificar o não cumprimento das condições de elegibilidade no final do referido prazo. O prazo máximo será fixado pela Autoridade de Gestão (AG) após a análise e fundamentação apresentada pelo promotor.

B – OPERAÇÕES

Para serem elegíveis, as operações devem:

- 1) Respeitar as tipologias de operação previstas no presente aviso e ações inscritas no Programa Regional do Alentejo;
- 2) Visar a prossecução dos objetivos específicos previstos no presente aviso;
- 3) Apresentar um custo total aprovado superior a 200.000 euros. Para efeitos de apuramento do Custo Total só contribuem as despesas associadas a categorias de custos da despesa mencionada no ponto “Custos Elegíveis”;
- 4) Não terem sido materialmente concluídas ou totalmente executadas antes da apresentação do pedido de financiamento ao abrigo do programa, quer todos os pagamentos correspondentes tenham ou não sido efetuados (n.º.6 do artigo 63º do Regulamento (EU) 2021/1060 do Parlamento Europeu e do Conselho de 24 de junho de 2021);
- 5) Satisfazer os requisitos gerais de elegibilidade das operações previstos no artigo 19º do Decreto-Lei n.º.20-A/2023, de 22 de março, que define o regime geral de aplicação dos fundos europeus do Portugal 2030;
- 6) Sem prejuízo do disposto no artigo 19º do RG, que estabelece o regime geral de aplicação dos fundos europeus do Portugal 2030, as operações, devem ainda, respeitar as seguintes condições de elegibilidade, decorrentes das Disposições Comuns do RE ACS (artigo 8º):
 - a) Demonstrar um grau de maturidade mínimo, tendo por referência a atividade com maior peso financeiro no investimento a candidatar, comprovado por:

- i. Comprovativo da legitimidade do beneficiário para intervir nos imóveis/terrenos, através da apresentação do respetivo título jurídico definitivo;
 - ii. Para empreitadas de obras públicas, apresentação de todas as peças do procedimento devidamente aprovadas, incluindo a apresentação do projeto de execução completo (peças escritas e desenhadas de arquitetura e engenharia, Termos de Responsabilidade devidamente assinados, nos termos da Portaria 701-H/2008, de 29 de julho, ou Portaria n.º 255/2023, de 7 de agosto, conforme aplicável, na sua redação atual, bem como lista de quantidades e preços unitários e ainda comprovativo de todos os licenciamentos e autorizações prévias aplicáveis), demonstrando que estão em condições de lançar o procedimento de concurso, nos termos do Código dos Contratos Públicos (CCP);
 - iii. Para aquisição de bens e serviços, apresentação de todas as peças do procedimento devidamente aprovadas, incluindo a lista de quantidades e preços unitários e ainda comprovativo de todos os licenciamentos e autorizações prévias aplicáveis;
- b) Evidenciar em caderno de encargos do procedimento o cumprimento da contratação segundo os princípios do *green public procurement*, (quando aplicável), ou, no caso de procedimentos já lançados à data da submissão da candidatura, evidenciar a alínea c) seguinte;
- c) Para todos os procedimentos, demonstrar em Lista de Quantidades e Preços Unitários a incorporação de medidas de sustentabilidade ambiental na implementação da intervenção, em adequação à tipologia de intervenção, entre outras: soluções baseadas na natureza; integração de infraestruturas verdes, soluções ecológicas e eco materiais na realização de obras; procedimentos ou mecanismos de supressão de ruído e mitigação de poeiras, provenientes dos trabalhos de construção/instalação; medidas de redução da emissão de gases com efeito estufa; redução do uso de energia e o aumento da eficiência energética e/ou térmica; remoção de materiais perigosos; prevenção de produção e reciclagem de resíduos; prevenção de produção de águas residuais e respetivo tratamento; internalização de princípios de prevenção e/ou minimização dos riscos naturais, tecnológicos e mistos; redução do consumo de água
- d) Dispor dos licenciamentos e autorizações prévias à execução dos investimentos, quando aplicável;
- e) Apresentar uma caracterização técnica e uma fundamentação dos custos de investimento e do calendário de realização física e financeira;
- f) Demonstrar a sustentabilidade da operação após a realização do investimento, designadamente, no caso de projetos em infraestruturas, que devem evidenciar suficiência de recursos e mecanismos financeiros necessários para cobrir os custos de exploração e de manutenção;
- g) Evidenciar, sempre que as operações tenham sido iniciadas antes da apresentação de um pedido de financiamento à autoridade de gestão, que o direito aplicável foi cumprido;
- h) Apresentar um plano de comunicação a desenvolver no decurso da implementação da operação e na sua conclusão, que permita a informação e divulgação dos fundos europeus junto dos potenciais beneficiários ou utilizadores e do público em geral, que evidencie o cumprimento das obrigações fixadas, neste âmbito, nos artigos 46º a 50º do Regulamento (EU) n.º 2021/1060 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de junho;
- i) Cumprir as orientações e normas técnicas aplicáveis à tipologia de operação tal como definidas pelas entidades competentes;
- j) Evidenciar o cumprimento da legislação ambiental, se aplicável;
- k) Evidenciar o cumprimento das disposições em matéria de Auxílios de Estado, sempre que aplicável;

l) No caso dos projetos em infraestruturas com prazo de vida útil previsto de pelo menos cinco anos, devem, também, demonstrar que asseguram a resistência às alterações climáticas de acordo com o definido no Regulamento (EU) n.º.2021/1060 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de junho;

m) No caso de obras de ampliação ou reconstrução, as operações devem demonstrar o cumprimento do normativo técnico legal relativo aos estudos de vulnerabilidade sísmica, nos termos da Portaria n.º.302/2019, de 12 de setembro, quando aplicável;

7) Sem prejuízo do cumprimento dos requisitos constante do ponto anterior, as operações devem ainda, respeitar os seguintes critérios específicos de elegibilidade, decorrentes do RE ACS (artigo 52º):

a) Demonstrar alinhamento com a estratégia, objetivos e prioridades definidos no Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais e Pluviais (PENSAARP 32030), de acordo com parecer favorável a emitir pela APA, I.P.;

b) Demonstrar conformidade, quando aplicável, com os requisitos em matéria de enquadramento ou de escala (agregações, parcerias, entre outras) definidos no PENSAARP 2030, o que deverá ser confirmado no âmbito do parecer favorável previsto na alínea anterior;

c) Quando aplicável, demonstrar alinhamento com os instrumentos de planeamento estratégico em matérias relacionadas com a gestão de lamas ou com a economia circular, de acordo com parecer a emitir pela APA, I.P.;

d) Apresentar evidências de que a entidade com competência para autorizar o investimento, ou seja, a entidade titular, se não for a entidade candidata, concorda com a sua realização, seja por o mesmo se encontrar inscrito no respetivo contrato, se existente, ou por declaração autónoma;

e) Quando aplicável, demonstrar a viabilidade e sustentabilidade do investimento, ponderando, nomeadamente, aspetos com a evolução estimada dos custos reais de prestação do serviço por habitante ou por metro cúbico, a proposta da evolução da tarifa de sustentabilidade e da sua eventual subsídio e eventuais situações de inexistência de qualquer alternativa de abastecimento de água às populações;

f) Quando aplicável, assegurar que o financiamento a obter reverte a favor da tarifa dos serviços sobre o qual o mesmo será aplicado (abastecimento público de água, saneamento de águas residuais);

g) Demonstrar que a operação configura um conjunto de obras, equipamentos e serviços relacionados exclusivamente entre si e que são física e financeiramente autónomos face a outro investimento a realizar;

h) Nas operações de renovação ou reabilitação de redes, ter por base um relatório técnico que identifique o mau funcionamento do sistema;

Modalidade de apresentação de candidaturas

Individual/parceria

Número máximo de candidaturas

N/A

Duração das operações

36 meses após a data de assinatura do Termo de aceitação

Condições de atribuição de financiamento da operação

- 1) Os apoios a conceder revestem a forma de subvenção não reembolsável.
- 2) Para além das obrigações prevista no artigo 15º do RG, as entidades beneficiárias ficam ainda obrigadas aos requisitos decorrentes das Disposições comuns do RE ACS (artigo 14º).
- 3) Apenas serão selecionadas operações que obtenham uma pontuação mínima de 3 valores, calculado com base no referencial de mérito descrito no **ANEXO A.2. Grelha de Avaliação do Mérito do Projeto**, publicado com o presente aviso.
- 4) Uma operação que envolva investimentos em infraestruturas, ou investimentos produtivos, e que seja objeto de uma das mudanças previstas nos art.º 65.º do Regulamento (EU) 2021/1060, de 24 de junho (doravante designado por RDC), e art.º 15.º do RG, nas suas redações atuais, no prazo de cinco anos a contar do pagamento final ao beneficiário, restituirá os montantes pagos nos termos definidos nos referidos artigos.

Auxílios de Estado

- | | | | | |
|--------------------------|-------------------|-------------------|--------------------------|---|
| ☐ | Aplicável? | Enquadrar: | ☐ | Regulamento Geral de Isenção de Categoria |
| | | | ☐ | Auxílios de minimis |
| | | | ☐ | Notificação à Comissão Europeia |
| | | | ☐ | Serviço de Interesse Económico Geral |

- ☒ **Não Aplicável?** Fundamental:
- As entidades promotoras das operações abrangidas pelo presente aviso, do setor da Administração Pública, em regra, não se enquadram no âmbito da concorrência pela prestação de serviços de natureza pública. Destaca-se a necessidade de serem asseguradas, em particular, as obrigações previstas, na alínea f) do artigo 52º e alínea a) do ponto 1 do artigo 53º do RE ACS.

Formas de apoios

- | | | | | | |
|-------------------------------------|-------------------------------------|--------------------------------------|--------------------------|-------------|-----------------------------|
| ☒ | Subvenção | | | | |
| | ☒ | Custos reais | | | |
| | ☐ | Custos Unitários | ☐ | Em programa | Data da decisão 00-00-0000 |
| | | | ☐ | Nacional | Deliberação CIC nº XXXXXXXX |
| | ☐ | Montantes Fixos | ☐ | Em programa | Data da decisão 00-00-0000 |
| | | | ☐ | Nacional | Deliberação CIC nº XXXXXX |
| | ☐ | Taxa Fixa | | % da taxa | Artigo |
| | ☐ | Financiamento não associado a custos | | | Data da decisão 00-00-0000 |

- ☐ **Instrumento financeiro**

Custos elegíveis

Sem prejuízo do estabelecido no Art. 20º do RG, e dos limites e condições fixados no Ponto “Regras ou limites específicos à elegibilidade de despesa” do presente aviso, **são elegíveis** as seguintes despesas decorrentes do Art. 9º das disposições comuns do RE ACS:

- a) Realização de estudos, planos, projetos, atividades preparatórias e assessorias diretamente ligados à operação, incluindo a elaboração da análise custo-benefício, quando aplicável;
- b) Trabalhos de construção civil e outros trabalhos de engenharia;
- c) Aquisição de equipamentos, sistemas de monitorização, informação, tecnológicos, material e software;
- d) Fiscalização, coordenação de segurança e assistência técnica;
- e) Testes e ensaios;
- f) Revisões de preços decorrentes da legislação aplicável e do contrato que incidam sobre o valor elegível dos trabalhos efetivamente executados;

Decorrente do Art. 54º das disposições específicas do RE ACS, para além das despesas previstas no seu artigo 9º, **são ainda elegíveis** os custos incorridos com:

- a) Arranque e entrada em serviço de infraestruturas e de equipamento ligados a testes e ensaios da operação, do seu equipamento e de segurança, se o serviço público não estiver a ser cobrado aos utilizadores, mas num prazo nunca superior a seis meses;
- b) Restabelecimento de acessibilidades e de serviços afetados pela construção de infraestruturas, sem ultrapassar 25% do valor elegível das empreitadas de abastecimento de água e saneamento de água residuais;
- c) Ações complementares de compensação e outras medidas adicionais de integração ambiental que as autoridades ambientais competentes venham a exigir, designadamente, a minimização de impactes ambientais, auditoria ambiental, gestão ambiental, acompanhamento e monitorização ambiental específica.
- d) Despesas com a construção dos ramais domiciliários de água e saneamento, desde que os mesmos não constituam um encargo para os utentes.

Regras ou limites específicos à elegibilidade de despesa (Quando aplicável)

1) De acordo com o estabelecido no n.º.5 do Art. 20.º. do RG, são consideradas **não elegíveis** as seguintes despesas:

- a) Despesas que não tenham sido realizadas e efetivamente pagas pelos beneficiários entre 1 de janeiro de 2021 e 31 de dezembro de 2029;
- b) O imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) recuperável, ainda que não tenha sido ou não venha a ser efetivamente recuperado pelo beneficiário;
- c) Despesas pagas no âmbito de contratos efetuados através de intermediários ou consultores, em que o montante a pagar é expresso em percentagem do montante cofinanciado ou das despesas elegíveis da operação;

- d) Despesas que não se encontrem suportadas por fatura eletrónica ou documento fiscalmente equivalente;
- e) Pagamentos em numerário;
- f) Contratos adicionais que injustificadamente aumentem o custo de execução do projeto;
- g) Multas, coimas, sanções financeiras, juros e despesas de câmbio;
- h) Despesas com processos judiciais;
- i) Custos relativos à compra de equipamento em segunda mão;
- j) Custos relativos a contribuições em espécie;
- k) Encargos de operações financeiras, comissões e perdas cambiais e outras despesas meramente financeiras;
- l) Despesas de funcionamento, manutenção ou reparação ligadas à exploração das infraestruturas;
- m) Despesas no âmbito dos contratos de locação e de aluguer de longa duração;
- n) Despesas no âmbito dos contratos de externalização da gestão de pagamentos, comumente designados como contratos de *confirming*;
- o) Intervenções de reconversão que alterem o uso das infraestruturas cofinanciadas há menos de 10 anos;
- p) Custos relativos a amortizações de imóveis ou de bens de equipamento;
- q) Ações de informação, de divulgação, de sensibilização e de publicidade que se revelem necessárias para a prossecução dos objetivos da operação;
- r) As despesas com a constituição de servidões ainda que indispensáveis à realização da operação, por expropriação ou negociação direta, bem como eventuais indemnizações a arrendatários.

2) Decorrente do n.º 2 do Art. 52º das disposições específicas do RE ACS, **não são elegíveis:**

- a) Intervenções de modernização cofinanciadas há pelo menos 10 anos por fundos europeus, salvo intervenções que, não alterando o fim inicialmente previsto, tenham como objetivo o aumento da capacidade de tratamento instalada, ou fases de tratamento adicionais com vista a maximizar os resultados para efeitos de cumprimento de normativo;
- b) Investimentos na reutilização de água quando se destinar à irrigação agrícola.

3) De acordo com o n.º 3 do Art. 52º do RE ACS, desde que devidamente enquadradas e justificadas, podem ser objeto de financiamento

- a) Intervenções que contribuam para o aumento de capacidade de reserva ou que resolvam problemas existentes na qualidade de água distribuída;
- b) Investimentos na produção própria de energia renovável e no aumento da eficiência energética com vista à descarbonização, quando correspondam a projetos integrados, não sendo elegíveis os que resultem de ações avulsas.

Formas de pagamento

☐ Adiantamentos %
 ☒ Reembolso
 ☒ Contra fatura

- Os pagamentos aos beneficiários obedecem ao disposto no Art. 28.º do RG.
- No âmbito do presente Aviso, os pagamentos aos beneficiários são efetuados a título de adiantamento contra fatura, reembolso e/ou pagamento final.
- A apresentação à Autoridade de Gestão do pedido de pagamento de saldo final da operação deve obedecer a:
 - Submissão até ao limite de 90 dias a contar da data de conclusão da operação;
 - Ser acompanhado de uma autoavaliação qualitativa das realizações e resultados atingidos.
- Para efeito do n.º 3 considera-se que a data de conclusão da operação ocorre quando todos os trabalhos se encontrem terminados e entregues ao beneficiário, devendo ainda a totalidade da despesa correspondente estar integralmente paga pelo beneficiário.

Indicadores de realização

Programa	Programa Regional do Alentejo 2030	
Tipologia de ação	RSO2.5- 03 – CUA – Reutilização, resiliência, modernização e descarbonização	
Tipologia de intervenção	RSO2.5-03-01 – CUA – Reutilização, resiliência, modernização e descarbonização	
Tipologia de operação	2031 - Saneamento de Águas Residuais	
Código do indicador	Designação do indicador	Unidade
RCO31	Cumprimento das condutas, novas ou melhoradas, da rede pública de recolha de águas residuais	Km
Descrição	Comprimento de condutas novas ou adaptadas para a rede pública de recolha de águas residuais. A atualização refere-se a melhorias significativas visando a eliminação de perdas. As condutas de águas residuais devem estar fisicamente concluídas para contar para os valores alcançados. O indicador abrange também a recolha de águas residuais ligada à gestão de águas pluviais (ver Diretiva do Conselho 91/271/EC).	
Método de cálculo	Somatório dos quilómetros de condutas, novas ou melhoradas, dos sistemas de distribuição da rede pública de abastecimento de água	

Programa	Programa Regional do Alentejo 2030	
Tipologia de ação	RSO2.5- 03 – CUA – Reutilização, resiliência, modernização e descarbonização	
Tipologia de intervenção	RSO2.5-03-01 – CUA – Reutilização, resiliência, modernização e descarbonização	
Tipologia de operação	2031 - Saneamento de Águas Residuais	
Código do indicador	Designação do indicador	Unidade
RCO32	Capacidade, nova ou melhorada, de tratamento de águas residuais	Equivalente de população
Descrição	Capacidade adicional para tratamento de águas residuais recém-instalada ou atualizada através dos projetos apoiados. A capacidade atualizada refere-se a melhorias significativas no método de tratamento de águas residuais (exemplo: do tratamento primário ao secundário). O equivalente populacional (1 e.p.) é definido como a carga orgânica biodegradável com procura bioquímica de oxigénio (PBO) de cinco dias de 60g de oxigénio por dia (consultar a Diretiva do Conselho 91/271/EC)	
Método de cálculo	Contabilização da equivalente população abrangido por projetos apoiados	

Programa	Programa Regional do Alentejo 2030	
Tipologia de ação	RSO2.5- 03 – CUA – Reutilização, resiliência, modernização e descarbonização	
Tipologia de intervenção	RSO2.5-03-01 – CUA – Reutilização, resiliência, modernização e descarbonização	
Tipologia de operação	2031 - Saneamento de Águas Residuais	
Código do indicador	Designação do indicador	Unidade
RPO 143	Investimentos em sistemas, novos ou melhorados, de Tratamento de Águas, incluindo subprodutos resultantes dos processos produtivos das infraestruturas de água	Euros
Descrição	Valor total dos investimentos em sistemas, novos ou melhorados, de Tratamento de Águas, incluindo subprodutos resultantes dos processos produtivos das infraestruturas de água	
Método de cálculo	Somatório do valor total dos investimentos em sistemas, novos ou melhorados, de Tratamento de Águas, incluindo subprodutos resultantes dos processos produtivos das infraestruturas de água	

Programa	Programa Regional do Alentejo 2030	
Tipologia de ação	RSO2.5- 03 – CUA – Reutilização, resiliência, modernização e descarbonização	
Tipologia de intervenção	RSO2.5-03-01 – CUA – Reutilização, resiliência, modernização e descarbonização	
Tipologia de operação	2005 – Ações de sensibilização e informação	
Código do indicador	Designação do indicador	Unidade
RSO 11	Campanhas, Ações ou Estudos de Sensibilização e Informação	Número
Descrição	Número de Campanhas, Ações e Sensibilização e Informação realizados nos projetos apoiados.	
Método de cálculo	Somatório do número de Campanhas, Ações e Sensibilização e Informação realizados nos projetos apoiados.	

Programa	Programa Regional do Alentejo 2030	
Tipologia de ação	RSO2.5- 03 – CUA – Reutilização, resiliência, modernização e descarbonização	
Tipologia de intervenção	RSO2.5-03-01 – CUA – Reutilização, resiliência, modernização e descarbonização	
Tipologia de operação	2032 - Reutilização de água	
Código do indicador	Designação do indicador	Unidade
RPO 104	Capacidade instalada de tratamento de água residual para produção de Água para Reutilização (ApR)	m³/ano
Descrição	Capacidade de produção de Água para Reutilização (ApR) medido em volume de água (m³/ano), criada com a implementação da operação.	
Método de cálculo	Somatório da capacidade instalada de produção de Água para Reutilização medida em volume de água (m³/ano), criada com a implementação da operação.	

Programa	Programa Regional do Alentejo 2030	
Tipologia de ação	RSO2.5- 03 – CUA – Reutilização, resiliência, modernização e descarbonização	
Tipologia de intervenção	RSO2.5-03-01 – CUA – Reutilização, resiliência, modernização e descarbonização	
Tipologia de operação	2032 - Reutilização de água	
Código do indicador	Designação do indicador	Unidade
RPO 105	Extensão de condutas de transporte de Água para Reutilização (ApR)	km
Descrição	Extensão (em km) de coletores/condutas de transporte para disponibilização de Água para Reutilização (ApR), executadas com a implementação da operação.	
Método de cálculo	Somatório (em km) de coletores/condutas de transporte de Água para disponibilização de Água para Reutilização (ApR), executadas com a implementação da operação.	

Programa	Programa Regional do Alentejo 2030	
Tipologia de ação	RSO2.5- 03 – CUA – Reutilização, resiliência, modernização e descarbonização	
Tipologia de intervenção	RSO2.5-03-01 – CUA – Reutilização, resiliência, modernização e descarbonização	
Tipologia de operação	2032 - Reutilização de água	
Código do indicador	Designação do indicador	Unidade
RPO 106	Capacidade instalada de reserva de Água para Reutilização (ApR)	m3
Descrição	Capacidade (em m3) de reservatórios de Água para Reutilização (ApR), construídos com a implementação da operação.	
Método de cálculo	Somatório das capacidades de reservatórios de Água para Reutilização (ApR), construídos com a implementação da operação.	

Indicadores de resultado

Programa	Programa Regional do Alentejo 2030	
Tipologia de ação	RSO2.5- 03 – CUA – Reutilização, resiliência, modernização e descarbonização	
Tipologia de intervenção	RSO2.5-03-01 – CUA – Reutilização, resiliência, modernização e descarbonização	
Tipologia de operação	2031 – Saneamento de Águas Residuais	
Código do indicador	Designação do indicador	Unidade
RCR42	População ligada, pelo menos, a instalações secundárias da rede pública de tratamento de águas residuais	Pessoas
Descrição	População adicional ligada a pelo menos tratamento secundário de águas residuais públicas como resultado dos projetos apoiados (estações de tratamento e extensão de rede). O tratamento secundário das águas residuais refere-se ao tratamento das águas residuais urbanas através de um processo geralmente de tratamento biológico em conformidade com os termos da Diretiva 91/271/CE. O indicador também pode ser utilizado por projetos de apoio à ampliação da rede de recolha de águas residuais.	
Método de cálculo	Somatório do número de pessoas ligadas, pelo menos, a instalações secundárias da rede pública de tratamento de águas residuais.	

Programa	Programa Regional do Alentejo 2030	
Tipologia de ação	RSO2.5- 03 – CUA – Reutilização, resiliência, modernização e descarbonização	
Tipologia de intervenção	RSO2.5-03-01 – CUA – Reutilização, resiliência, modernização e descarbonização	
Tipologia de operação	2005 – Ações de sensibilização e informação 2031 – Saneamento de águas residuais 2032 - Reutilização de água	
Código do indicador	Designação do indicador	Unidade
RPR 062	População abrangida pelas ações apoiadas	Pessoas
Descrição	Contabiliza a população abrangida pelas ações apoiadas.	
Método de cálculo	Contabiliza o número de indivíduos/população abrangida pelas ações apoiadas.	

Programa	Programa Regional do Alentejo 2030	
Tipologia de ação	RSO2.5- 03 – CUA – Reutilização, resiliência, modernização e descarbonização	
Tipologia de intervenção	RSO2.5-03-01 – CUA – Reutilização, resiliência, modernização e descarbonização	
Tipologia de operação	2005 – Ações de sensibilização, informação e planeamento	
Código do indicador	Designação do indicador	Unidade
RSR 17	População abrangida pelas Campanhas de Sensibilização/ Ações de Informação	Pessoas
Descrição	O indicador contabiliza o número de pessoas abrangidas pelas Campanhas de Sensibilização/ações e informação nos projetos apoiados. Ano Alvo: Ano de conclusão da operação Nota: Para esta tipologia de indicador considera-se que o número de pessoas a indicar deve corresponder aos habitantes do concelho da área de influência da operação ou outra unidade territorial de acordo com o tipo de operação. O cálculo da meta corresponde ao somatório do Número de pessoas que são abrangidas pelas campanhas e ações desenvolvidas no âmbito dos projetos apoiados, devendo ser retiradas as duplicações detetadas, ou seja, contabilizar apenas uma vez as pessoas quando abrangidos os mesmos concelhos.	
Método de cálculo	Somatório do número de pessoas abrangidas pelas Campanhas de Sensibilização/ações e informação nos projetos apoiados.	

Programa	Programa Regional do Alentejo 2030	
Tipologia de ação	RSO2.5- 03 – CUA – Reutilização, resiliência, modernização e descarbonização	
Tipologia de intervenção	RSO2.5-03-01 – CUA – Reutilização, resiliência, modernização e descarbonização	
Tipologia de operação	2032 - Reutilização de água	
Código do indicador	Designação do indicador	Unidade
RPR 112	Consumo anual de Água para Reutilização (ApR)	m3/ano
Descrição	Volume anual de Água para Reutilização (ApR) consumida pelos utilizadores com a implementação da operação, para fins que não o consumo humano, equivalente ao volume de água natural ou da rede pública que os utilizadores de ApR deixam de consumir.	
Método de cálculo	Somatório do Volume em m3/ano de Água para Reutilização consumida pelos utilizadores na infraestrutura abrangida pela operação com a implementação da operação.	

Consequências do incumprimento dos indicadores

1. Na prossecução da orientação para resultados, aplicam-se as disposições em vigor previstas no artigo 5º do RG, na sua atual redação, e RE ACS, sendo avaliado o alinhamento da operação com os objetivos do Programa Regional do Alentejo 2021-2027, através do seu contributo para as metas e indicadores de realização e resultados definidos para o Objetivo específico.
2. Essa avaliação é efetuada, aquando do encerramento financeiro da operação, tendo por base o grau de concretização do compromisso a alcançar para os indicadores de realização e de resultados contratualizados no âmbito do presente aviso.
3. Assim, o incumprimento dos indicadores contratualizados é tido em consideração para efeitos de redução do financiamento das candidaturas aprovadas, nos seguintes moldes:
 - a) Estabelece-se como limiar de tolerância do grau de cumprimento dos indicadores 85% da meta contratualizada;
 - b) Por cada ponto percentual (p.p.) abaixo do limiar de tolerância estabelecido na alínea a), da média de cumprimento dos indicadores de realização e resultado, procede-se a uma redução de meio ponto percentual (0,5 p.p.) sobre a taxa de cofinanciamento da operação, até ao limite de redução máximo de 5% (5 p.p.).
 - c) O limiar de tolerância do grau de cumprimento poderá ser reduzido para 70% quando se trate de operações que decorram integralmente em territórios de baixa densidade (conforme deliberação da CIC n.º.31/2023/PL, de 22 de setembro, relativa à classificação de Municípios e Freguesias de baixa densidade para efeitos de aplicação de medidas de diferenciação positiva dos territórios, no âmbito dos fundos europeus);
- 4) Um grau de incumprimento superior ao limite máximo de redução aplicável na alínea 3.b), é considerado como não conferindo um nível mínimo de cumprimento dos resultados, pelo que constitui fundamento para a revogação do financiamento, nos termos da alínea b) do n.º.4 do artigo 33º do RG, na sua atual redação.

Mecanismos de bonificação (Quando aplicável)

N/A

CrITÉrios de seleÇão das operações aprovados em:

09/05/2024

Obrigações dos beneficiários em matéria de notoriedade, transparência e comunicação

Os beneficiários estão obrigados a cumprir as regras de comunicação constantes nas disposições regulamentares comunitárias e nacionais aplicáveis.

Neste contexto, os beneficiários deverão assegurar publicitação dos apoios através da inclusão das insígnias do Programa Regional Alentejo 2030, do Portugal 2030 e da União Europeia nas infraestruturas, equipamentos, ações imateriais, no respetivo sítio da Internet e em todos os materiais de divulgação e atividades de comunicação das operações, nos termos definidos no artigo 50  do RDC e na  lnea d) do n.é.1 e no n.é.2 do Artigo 15  do RG, nas suas redações atuais.

Nos sítios na Internet dos beneficiários, deve ser garantida a visibilidade permanente dos elementos financiadores associados às operações cofinanciadas, e assegurada a disponibilização da descrição da operação apoiada, com elementos audiovisuais de apoio (ex: ficha de projeto).

Para operações cujo custo elegível financiado seja superior a   500 000     obrigatória a realização de um vídeo, com uma duração não inferior a um minuto, para apresentação da operação, respetivos objetivos e resultados, com cedência de direitos de autor às entidades financiadoras, podendo a realização do vídeo ser elegível em moldes a definir no aviso para apresentação de candidatura;

Para as operações cujo custo total da operação seja superior a 10.000.000,00 , deve ser organizada pelo beneficiário uma atividade de comunicação.

O incumprimento das obrigações de comunicação pode dar origem   redução do apoio, sendo a redução determinada em função da gravidade do incumprimento, até 3% do Fundo Europeu aprovado para a operação.

Os beneficiários devem assegurar o cumprimento das regras do Regulamento Geral de Proteção de Dados, aprovado pelo Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril, relativamente a dados pessoais que disponibilizem para efeitos de candidatura, sua exceção e divulgação.

Outras entidades que interv m no processo

Não está prevista a intervenção de outras entidades para  l m das que estão identificadas no campo "Entidade gestora do apoio/Organismo Intermédio"

Processo de admissão e seleção das candidaturas

Apresentação

Como se apresentam

1. A apresentação das candidaturas é efetuada através da submissão de formulário eletrónico, devidamente preenchido, no Balcão dos Fundos (<https://balcaofundosue.pt/>), doravante designado por Balcão2030.

Encontra-se disponível para o efeito o <Guia Geral de Apoio aos Beneficiários>

2. O referido formulário deve ser acompanhado dos documentos discriminados no **Anexo A.1** Documentos necessários para apresentar uma candidatura, a anexar no ecrã “documentos”.

3. Para apresentar a candidatura é indispensável que o beneficiário tenha efetuado o registo e autenticação no Balcão dos Fundos. Com essa autenticação é criada uma área reservada na qual o beneficiário poderá contar com um conjunto de funcionalidades, independentemente da natureza do projeto, a Região ou o Programa a que pretende candidatar-se.

4. Na referida área reservada o beneficiário deve confirmar e completar os seus dados de caracterização de entidade que serão usados nas suas candidaturas ao Portugal 2030.

5. A candidatura não poderá ser alterada após a sua entrada em circuito de análise.

Quais são os critérios de seleção

1. Verificado o cumprimento das condições de elegibilidade dos beneficiários e dos projetos, decorrentes da legislação nacional e comunitária em matéria de Fundos Europeus, assim como do presente Aviso, a seleção das candidaturas basear-se-á em quatro critérios centrais de seleção, aprovados pelo Comité de Acompanhamento dos Programas e comuns às operações do Portugal 2030: Adequação à Estratégia, Impacto, Capacidade de Execução e Qualidade do Projeto.

2. Os referidos critérios de seleção são utilizados para a avaliação de mérito absoluto da candidatura, que analisa a melhor relação possível entre o montante de apoio, as atividades a realizar e os resultados a atingir, assegurando o cumprimento da estratégia e objetivos do Programa, no âmbito de aplicação do Fundo e os princípios transversais aplicáveis.

3. O mérito absoluto do projeto (MP) será determinado pela soma ponderada da pontuação obtida em cada um dos critérios de seleção, em respeito pelos intervalos dos coeficientes de ponderação aprovados pelo Comité de Acompanhamento do Programa Regional do Alentejo 2030, com base na seguinte metodologia:

$$MP = 0,05*1.1 + 0,15*1.2 + 0,05*1.3 + 0,30*2.1 + 0,15*3.1 + 0,15*4.1 + 0,05*4.2 + 0,10*4.3$$

Em que:

1 = Adequação à Estratégia, 2 = Impacto, 3 = Capacidade de Execução e 4 = Qualidade do Projeto.

4. A densificação dos critérios em subcritérios de nível subsequente, bem como os respetivos coeficientes de ponderação, encontra-se descrita no **Anexo A.2 – Grelha de Avaliação de Mérito do Projeto**.

5. Para apuramento das pontuações parcelares, a classificação é atribuída de uma escala de valoração de 1 a 5 pontos, excluindo-se a possibilidade de valores decimais.

6. Para efeitos de seleção, consideram-se elegíveis e objeto de hierarquização os projetos que obtenham uma pontuação final igual ou superior a 3,00, sendo a classificação estabelecida com 2 casas decimais;

7. Para além da pontuação mínima global atrás referida, também os critérios definidos com uma pontuação mínima obrigatória de 3 pontos, que não se verifique, determinam a não elegibilidade do projeto.

Para efeitos de desempate, entre candidaturas, são consideradas sucessivamente as seguintes variáveis:

- 1º- Qualidade do Projeto;
- 2º- Adequação à Estratégia;
- 3º- Data de entrada da candidatura.

Como funciona o processo de análise e decisão das candidaturas

Calendário de candidaturas

Abertura	06.03.2026
Fecho	31.12.2026, com fases de encerramento, conforme consta no ponto “Período de candidaturas”
Análise	60 dias úteis após o fecho de cada fase
Notificação para audiência prévia (proposta de decisão)	5 dias úteis após proposta de decisão
Análise das respostas à audiência prévia dos interessados	30 dias úteis após alegações quando aplicável
Data Limite para a comunicação da decisão aos candidatos	5 dias úteis após decisão definitiva

Processo de análise e decisão

As candidaturas são analisadas pela entidade competente para o efeito, de acordo com o definido no ponto “Entidade gestora do apoio/Organismo intermédio”, com base na informação constante do formulário de candidatura e dos documentos anexos e de acordo com os critérios de elegibilidade e de seleção decorrentes da legislação nacional e comunitária aplicável em matéria de Fundos Europeus, bem como do presente Aviso.

O prazo de análise da candidatura suspende-se quando sejam solicitados ao beneficiário quaisquer esclarecimentos, informações ou documentos, o que só pode ocorrer por uma vez. Concluído o prazo dado ao beneficiário para a resposta, se não forem prestados os esclarecimentos requeridos, salvo motivo justificável, não imputável ao beneficiário e aceite pela autoridade de gestão, a análise da candidatura prossegue com os dados disponíveis, podendo determinar o seu indeferimento, quando os elementos em falta sejam determinantes para uma decisão favorável.

Nos termos do n.º 3 do artigo 25º do RG, o prazo de análise não inclui o prazo legalmente previsto para audiência de interessados e pode ser alargado por até mais 30 dias úteis:

- a) Em caso de apresentação de alegações em sede de audiência de interessados; ou
- b) Em situações excecionais devidamente fundamentadas, designadamente quando se registre uma elevada procura, devendo o novo prazo ser publicitado na primeira metade do prazo definido no aviso para apresentação de candidaturas.

Decisão sobre as candidaturas

A decisão fundamentada sobre as candidaturas é proferida no prazo de 60 dias, contados a partir da data de fecho de cada fase do presente Aviso, e notificada ao candidato no prazo máximo de 5 dias, a contar da data da sua emissão, conjuntamente com o respetivo termo de aceitação.

Nas Fases do presente concurso, são selecionadas as candidaturas que obtenham uma pontuação de MP igual ou superior a 3,00 pontos, e desde que não seja ultrapassado o limite orçamental definido para o presente concurso.

Nos termos do n.º 6 do artigo 25º do RG, a decisão sobre as candidaturas pode ser de:

- a) Aprovação, total ou parcial face ao solicitado;
- b) Não aprovação;
- c) Aprovação condicionada à satisfação de determinados requisitos, cuja verificação pode ocorrer em momento posterior, nos termos previstos na decisão de aprovação da autoridade de gestão, sob pena da respetiva caducidade.

Onde são comunicadas as decisões às entidades candidatas

As entidades que se candidatam ao apoio recebem as notificações da proposta de decisão e da decisão final:

- na sua área reservada no Balcão dos Fundos
- através do serviço público de notificações eletrónicas (SPNE)

Aceitação ou não aceitação da decisão

- 1) A aceitação da decisão de aprovação da candidatura deverá ser feita pelo beneficiário mediante assinatura do termo de aceitação, através de assinatura digital qualificada, com atributos profissionais suficientes para o ato, que comprove os poderes de representação do beneficiário pelo subscritor, e submetida no Balcão dos Fundos;
- 2) A decisão de aprovação da candidatura caduca quando, no prazo máximo de 30 dias, a contar da data da notificação da decisão de aprovação, o termo de aceitação não for submetido no Balcão dos Fundos, devidamente assinado, nos termos do número anterior;
- 3) A decisão de aprovação da candidatura é objeto de revogação quando o beneficiário não der início à execução da operação no prazo de 90 dias, contados da data de início da operação prevista na decisão de aprovação da candidatura;
- 4) Em casos devidamente justificados e a pedido do beneficiário, pode a autoridade de gestão aceitar a prorrogação dos prazos referidos nos números anteriores, findos os quais caducam a decisão de aprovação da candidatura, ou é proferida decisão de revogação da decisão de aprovação da candidatura, consoante o caso.

Onde são publicadas as listas das candidaturas aprovadas

- No site do Programa Regional Alentejo 2030;
- No site do Portugal 2030;

Pedidos de alteração à candidatura

1. As alterações aos elementos constantes do termo de aceitação estão sujeitas a nova decisão da Autoridade de Gestão;
2. É necessária a assinatura de um novo termo de aceitação, caso se trate de alterações aos elementos de identificação dos beneficiários e seus representantes legais, incluindo, quando aplicável, todos os que participam nas operações em cooperação, à identificação do programa, do fundo, da prioridade, do objetivo específico, da tipologia de intervenção e/ou operação ou, ainda, alterações ao montante do apoio público e a respetiva taxa de cofinanciamento, com explicitação das fontes de financiamento europeu e nacional ou aos indicadores de realização e resultados e as metas a atingir;
3. A decisão sobre a alteração da candidatura pode ser de aprovação, não aprovação ou de aprovação condicionada à satisfação de determinados requisitos.

Anexos

Anexo A- Candidatura

1. Documentos necessários para apresentar uma candidatura
2. Critérios de Seleção – Grelha de Avaliação do Mérito do Projeto
3. Templates para preenchimento
4. Critérios “Não Prejudicar Significativamente” e apoio aos objetivos em matéria de alterações climáticas

Anexo B – Legislação aplicável a este Aviso

5. Legislação aplicável a este Aviso

Anexo A – 1. Documentos necessários para apresentar uma candidatura

1. Memória descritiva e justificativa que inclua:

- a) Enquadramento na(s) tipologia(s) de ação/operação prevista(s) no Aviso de Concurso.
- b) Identificação e justificação do enquadramento do investimento.
- c) Descritivo detalhado da candidatura e dos seus objetivos, bem como da necessidade, oportunidade e resultados a atingir com a realização da operação.
- d) Identificação e justificação dos indicadores de realização e de resultado que permitam avaliar o contributo da candidatura para os respetivos objetivos.
- e) Apresentar informação em matéria de indicadores ambientais para efeitos de acompanhamento (quando aplicável);
- f) Caracterização técnica e fundamentação dos custos de investimento que contenha: identificação do grau de maturidade; cálculos justificativos do apuramento do custo total, elegível e não elegível proposto; calendarização da realização física e financeira; identificação dos respetivos procedimentos contratuais previstos associar.
- g) Contributo para a fundamentação da análise de mérito, obedecendo ao respetivo referencial constante do Anexo A2. “Grelha de Avaliação do Mérito do Projeto” publicado junto com o presente aviso.
- h) Plano de comunicação a desenvolver no decurso da implementação da operação e na sua conclusão, que permita a informação e divulgação dos indicadores de resultado da operação junto dos potenciais beneficiários ou utilizadores e do público em geral, bem como evidenciar o cumprimento das obrigações legais fixadas em matéria de notoriedade, transparência e comunicação.

2. Anexos:

- a) Documentação comprovativa do grau de maturidade nos termos definidos no aviso no ponto “Condições específicas ou normas técnicas a observar pelos beneficiários ou operações”, conforme o caso aplicável.
- b) Caderno de encargos com evidência do cumprimento da contratação segundo os princípios do *green public procurement*, se aplicável, referido no ponto “Condições específicas ou normas técnicas a observar pelos beneficiários ou operações”.
- c) Lista de Quantidades e Preços Unitários com evidência da incorporação de medidas de sustentabilidade ambiental na implementação da intervenção prevista no ponto “Condições específicas ou normas técnicas a observar pelos beneficiários ou operações”.
- d) Informação técnica detalhada emitida pelos serviços municipais, que analisa a observância da operação urbanística com as normas e regulamentos que lhes forem aplicáveis, designadamente as constantes dos instrumentos de gestão territorial, do regime jurídico de proteção do património cultural, do regime jurídico de gestão de resíduos de construção e demolição, e as normas técnicas de construção.
- e) Extratos das Plantas de Ordenamento e de Condicionantes do PDM, com a identificação da área de intervenção, que evidenciem o enquadramento da operação urbanística efetuado na alínea anterior em razão da localização.
- f) Pareceres/licenças/autorizações/isenções emitidos pelas entidades externas competentes, sobre o projeto técnico (Ex.: Câmara Municipal, ANEPC,) e/ou para a instalação de equipamento, se aplicável, em razão da localização (Ex.: APA/ARH, ERRAN, ICNF, I.P.,) da intervenção (conforme aplicável).
- g) Comprovativo da propriedade (Certidão do Registo Predial e Caderneta Predial) e, no caso aplicável, da legitimidade de intervenção nos imóveis (terrenos, edifícios, frações) necessários à concretização da intervenção, quando não resulte da referida CRP o beneficiário como proprietário.
- h) Capacidade para a realização do investimento: documento emitido pelo órgão competente, que comprove o compromisso de realização dos montantes totais propostos, conforme ponto “Condições específicas ou normas técnicas a observar pelos beneficiários ou operações”.
- i) Demonstração da sustentabilidade da operação após realização do investimento;

- j) Declaração de compromisso do cumprimento das regras nacionais e comunitárias aplicáveis no âmbito dos Fundos Europeus, em matéria de requisitos e obrigações do beneficiário e das operações, devendo para o efeito ser utilizado o *template* “Declaração de Compromisso do Beneficiário” disponibilizado com o presente Aviso;
 - k) Comprovativo da inscrição do projeto em Plano e Orçamento e/ou Plano de Atividades, conforme aplicável, que demonstre a capacidade de financiamento da operação (totalidade dos investimentos propostos);
 - l) Modelo de gestão das infraestruturas previstas na candidatura, onde se evidencia a tipologia de exploração dos espaços e/ou equipamentos (concessão, arrendamento, venda, etc) como e quem será responsável pela manutenção e conservação dos espaços e/ou equipamentos, bem como, a indicação dos custos e receitas associados;
 - m) Documentação de suporte demonstrativa do cumprimento dos critérios específicos de legibilidade do beneficiário, decorrentes do RE ACS (artigo 53º);
 - n) Parecer Favorável da APA, I.P. demonstrativo do alinhamento com a estratégia, objetivos e prioridades definidos no Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais e Pluviais (PENSAARP 2030);
 - o) Documentação de suporte demonstrativa do cumprimento do critério da escala de agregação (alínea b) do ponto 1 do artigo 52º do RE ACS;
 - p) Documentação de suporte demonstrativa do cumprimento do disposto na alínea d) do ponto 1 do artigo 52º do RE ACS, quando aplicável;
 - q) Parecer Favorável da APA, I.P. mencionado na alínea c) do ponto 1 do artigo 52º do RE ACS, quando aplicável;
 - r) Documentação de suporte demonstrativa do cumprimento do disposto na alínea d) do ponto 1 do artigo 52º do RE ACS, quando aplicável;
 - s) Estudo de viabilidade e sustentabilidade do investimento demonstrativa do cumprimento do disposto nas alíneas e) e f) do ponto 1 do artigo 52º do RE ACS, quando aplicável;
 - t) Relatório técnico identificativo do mau funcionamento do sistema, conforme previsto na alínea h) do ponto 1 do artigo 52º do RE ACS, quando aplicável;
- Poderá ser apresentada documentação adicional que o proponente considere relevante para a avaliação de mérito, demonstração das condições de elegibilidade do beneficiário e da operação, e para a análise técnica e financeira da candidatura.

3. Ficheiros disponibilizados juntamente com o AAC:

- a) Ficheiro anexo “*Orcamento_Global_Op.xlsx*” - a submeter preenchido em formato editável.
- b) Ficheiro anexo “*Enquadramento Regras Ambientais.docx*” - a submeter preenchido e assinado em formato pdf.
- c) Ficheiro anexo “*Declaração Compromisso do Beneficiário.docx*” – a submeter assinada pelo(s) representante(s) legal(is) da(s) entidade(s) promotora(s) em formato pdf.
- d) Ficheiro anexo “*Projetos Geradores de Receitas.xlsx*”
- e) Ficheiro anexo “*Declaração Compromisso_TOC_ROC_ResponsavelFinanceiro.docx*” - a submeter preenchido e assinado em formato pdf

Anexo A – 2. Critérios de Seleção – Grelha de Avaliação de Mérito do Projeto

1º Nível	Peso	2º Nível	3º Nível	Ponderação
1. ADEQUAÇÃO À ESTRATÉGIA	25%	1.1	Contributo do projeto para os indicadores de realização e resultados comuns e específicos do Programa para os quais foi definida uma meta	
		1.1.1	Contributo para os indicadores definidos para o Objetivo Específico (RCO31/RCO32 e RCR42)	5%
			Muito bom: Quando a operação contribui para os 3 indicadores definidos para o objetivo específico (realização e resultados)	5
			Suficiente: Quando a operação contribui para 2 indicadores (1 de realização e 1 de resultado)	3
			Muito insuficiente: Quando a operação não contribui ou não evidencia contributos para os indicadores definidos	1
		1.2	Adequação do projeto aos objetivos e medidas de política pública na área de intervenção da iniciativa (*)	15%
		1.2.1	Alinhamento da operação com os objetivos estratégicos definidos no Programa e com objetivos e medidas de política pública	
			Muito bom: Quando a operação se encontra alinhada com o PENSAARP 2030 e PNI 2030;	5
			Suficiente: Quando a operação se encontra alinhada com o PENSAARP 2030	3
		1.3	Contributo do projeto para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	
2. IMPACTO	30%	1.3.1	Contributo para os ODS em que Portugal materializa as suas prioridades estratégicas na implementação da Agenda 2030 e outros ODS relevantes para a área temática específica	5%
			Muito bom: Quando a operação contribui para 3 ou mais ODS;	5
			Bom: Quando a operação contribui para 2 ODS;	4
			Suficiente: Quando a operação contribui para 1 ODS;	3
			Muito insuficiente: Quando a operação não evidencia contributo ou sem contributo;	1
		2.1	Abrangência do público-alvo e/ou cobertura geográfica e populacional da operação	30%
		2.1.1	Abrangência do público-alvo da operação	
			Muito bom: Evidencia um aumento da capacidade, um aumento de armazenamento e um aumento do consumo anual de água para reutilização, bem como, um aumento da população abrangida pelas ações apoiadas	5
			Bom: Evidencia um aumento da capacidade de produção e um aumento do consumo anual de água para reutilização, bem como um aumento da população abrangida pelas ações apoiadas	4
			Suficiente: Evidencia um aumento da capacidade de produção de água para reutilização/ valorização de subprodutos (ex. lamas), bem como, um aumento da população abrangida pelas ações apoiadas	3

3. CAPACIDADE DE EXECUÇÃO	15%	3.1	Adequação dos meios físicos e tecnológicos às ações propostas	
		3.1.1	Razoabilidade da mobilização de recursos para a execução da operação - aferida pela capacidade de mobilização de recursos técnicos/humanos/materiais para a implementação da operação se mostrar viável Muito bom: Capacidade evidenciada nas 3 dimensões Bom: Capacidade evidenciada em 2 das 3 dimensões Suficiente: Capacidade evidenciada em 1 das 3 dimensões Muito insuficiente: Não evidenciada	15%
4. QUALIDADE DO PROJETO	30%	4.1	Valia técnica do projeto, integrando a avaliação de vários fatores, como: definição de objetivos/carácter inovador das tecnologias/mais valia ambiental dos materiais a aplicar (*)	15%
		4.1.1	Avalia a qualidade técnica do projeto, com base na definição dos objetivos/ carácter inovador das tecnologias/ mais valia ambiental dos materiais a aplicar Muito bom: Identifica os objetivos da intervenção alinhados com o Objetivo específico do aviso e evidencia o recurso a tecnologia inovadora e mais valias ambientais Suficiente: Identifica os objetivos da intervenção alinhados com o Objetivo específico do aviso e evidencia o recurso a tecnologia inovadora e/ou mais valias ambientais Insuficiente - Identifica os objetivos da intervenção alinhados com o Objetivo específico do aviso, no entanto não evidencia o recurso a tecnologia inovadora e mais valias ambientais dos materiais aplicados na implementação da operação	5 3 2
		4.2	Qualidade económico-financeira do projeto, integrando a avaliação de vários fatores, como: custo-benefício da proposta/sustentabilidade financeira	5%
		4.2.1	Qualidade económico-financeira Muito bom: Custo-benefício e sustentabilidade financeira do projeto evidenciada Suficiente: Sustentabilidade financeira do projeto evidenciada Muito insuficiente: Custo-benefício e sustentabilidade financeira do projeto não evidenciada	5 3 1
		4.3	Coerência e adequação do projeto e do plano de trabalho face ao diagnóstico de necessidades e aos objetivos visados	10%
		4.3.1	Carácter prioritário da intervenção - aferida pela fundamentação da adequação dos investimentos às necessidades de atingir serviços de água de excelência, subordinados aos seguintes objetivos estratégicos: Eficácia dos serviços/Eficiência dos serviços/Sustentabilidade dos serviços/Valorização económica, ambiental e societal dos serviços Muito bom: Fundamentadamente adequados aos 4 objetivos estratégicos Bom: Fundamentadamente adequados a 3 objetivos estratégicos Suficiente: Fundamentadamente adequados a 2 objetivos estratégicos Insuficiente: Fundamentadamente adequados a 1 objetivo estratégico Muito insuficiente: Não evidencia ou não fundamenta a adequação	5 4 3 2 1

(*) A atribuição da notação inferior a suficiente (3), determinará a não elegibilidade da candidatura

Anexo A – 3. Templates para preenchimento

- Orçamento Global para a Operação
- Declaração de Compromisso do Beneficiário
- Declaração de Compromisso cumprimento das regras de Auxílios de Estado
- Enquadramento Regras Ambientais
- Projetos Geradores de Receitas
- Declaração de Compromisso do TOC/ROC/Responsável financeiro
- Check list contratação pública

Anexo A – 4. Princípio “Não Prejudicar Significativamente” (DNSH) e apoio aos objetivos em matéria de alterações climáticas

O princípio “Não Prejudicar Significativamente” (DNSH), previsto na alínea d) do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 20 A/2023, de 22 de março, visa garantir que as operações apoiadas não prejudicam significativamente, nos termos do artigo 17.º do Regulamento (UE) 2020/852, de 18 de junho, do Parlamento e do Conselho, nenhum dos 6 objetivos ambientais estabelecidos no artigo 9.º do mesmo Regulamento: “A mitigação das alterações climáticas”, “A adaptação às alterações climáticas”, “A utilização sustentável e proteção dos recursos hídricos e marinhos”, “A transição para uma economia circular”, “A prevenção e o controlo da poluição” e “A proteção e o restauro da biodiversidade e dos ecossistemas”;

De acordo com as conclusões vertidas na Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), da aplicação do princípio DNSH a cada um dos Objetivos Específicos e respetivas tipologias de ação previstas no Programa Regional do Alentejo (Alentejo 2030), existem algumas tipologias de ações previstas com potenciais efeitos sobre os temas ambientais acima identificados, nomeadamente: “Mitigação das alterações climáticas”, “Transição para uma economia circular, incluindo a prevenção e a reciclagem de resíduos” e “Prevenção e o controlo da poluição”, sendo que apenas no âmbito do objetivo “Transição para uma economia circular, incluindo a prevenção e a reciclagem de resíduos” é que se identifica uma potencial “não observância” do princípio de “não prejudicar significativamente”, especificamente na tipologia de ação associada à mineração de aterros.

Nestes termos:

a) De acordo com o texto do PR Alentejo 2030, a maioria das intervenções previstas foram avaliadas como compatíveis com o princípio “Não Prejudicar Significativamente” (DNSH), na aceção do artigo 17.º do Regulamento (UE) 2020/852 do Parlamento Europeu e do Conselho, uma vez que respeitam a orientação técnica do MRR relativa ao DNSH. Contudo, de acordo com o Regulamento (UE) 2020/852) deverá ser verificada a sustentabilidade dos investimentos em torno dos 6 objetivos ambientais. Assim, as intervenções objeto de financiamento deverão contribuir, quando aplicável, para o cumprimento dos objetivos ambientais atrás referidos. Neste âmbito, todas as operações a candidatar ao presente aviso devem elencar as medidas (orientações/ações) que contribuem para os mesmos objetivos, nos termos dos artigos 10º a 16º do referido do Regulamento (UE) 2020/852).

b) Para efeitos de demonstração do alinhamento dos investimentos a realizar com o Princípio «Não Prejudicar Significativamente», quando estão em causa operações enquadradas por tipologias de operação suscetíveis de causar danos significativos no ambiente, nos termos do artigo 17.º do Regulamento (UE) 2020/852, de 18 de junho, do Parlamento e do Conselho, os beneficiários deverão evidenciar as orientações e ações a implementar para assegurar que aqueles danos não são causados, nos termos dos artigos 10º a 16º do referido Regulamento (UE) 2020/852).

c) Nas operações enquadráveis no Regime jurídico de Avaliação de Impacte Ambiental, a aferição referida no ponto anterior é efetuada através do procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental.

Anexo B Legislação aplicável a este aviso

Europeia

- Regulamento (EU) 2016/679, de 26 de abril- Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho, relativo ao tratamento de dados pessoais
- Regulamento (EU) 2020/852, de 18 de junho- Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho, relativo ao estabelecimento de um regime para a promoção do investimento sustentável do ponto de vista ambiental
- Regulamento (EU) 2021/1060, de 24 de junho- Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho, relativo às Disposições Comuns (RDC)
- Regulamento (EU) 2021/1058, de 24 de junho- Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho, relativo ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e ao Fundo de Coesão (FEDER/FC)

Nacional

- Leis n.º 58/2019 e n.º 59/2019, de 8 de agosto, no âmbito da política de Proteção de Dados Pessoais;
- Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, alterado pela Lei n.º 72/2020, de 16 de novembro, que aprova o Código do Procedimento Administrativo (C.P.A.);
- Decisão C (2022) 9469, de 14 de dezembro, que aprova o Programa Regional do Alentejo 2021-2027 (CCI 2021PT16FFPR005);
- Decreto-Lei n.º 5/2023, de 25 de janeiro, que estabelece o modelo de governação dos fundos europeus para o período de programação 2021-2027;
- Decreto-Lei n.º 20-A/2023, de 22 de março, que estabelece o regime geral de aplicação dos fundos europeus do Portugal 2030 e do Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração para o período de programação de 2021-2027 (RG);
- Decreto-Lei n.º 75/2015, de 11 de maio- Regime de Licenciamento Único Ambiental (LUA);
- Decreto-Lei nº 151-B/2013 de 31 de outubro, alterado pelo Decreto-lei nº 47/2014, de 24 de março e pelo Decreto-Lei n.º 179/2015, de 27 de agosto-Regime jurídico de avaliação de impactes ambientais (RJIAA);
- Relatório nacional sobre a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (ODS);
- Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro na sua atual redação – Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE);
- Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de fevereiro – Regime jurídico da conservação da natureza e dos habitats;
- Regulamento específico na Área Temática Ação Climática e Sustentabilidade RE ACS), Portaria n.º. 125/2024/1, de 1 de abril, na sua atual redação;
- PENSAARP 2030- Plano estratégico para o setor de Abastecimento de Água e Gestão de Águas Residuais e Pluviais
- Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 (RNC 2050);